

Demonstrações Financeiras

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
CGI - Transmissora Campina Grande Igarapu S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CGI - Transmissora Campina Grande Igarapu S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 28 de março de 2025, sem modificações.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.




**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O


Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

CGI - Transmissora Campina Grande Igarauçu S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.153	9.701
Contas a receber	5	3.406	4.162
Impostos a recuperar		53	53
Ativo contratual de concessão	6	41.513	39.571
Estoques		2.170	2.162
Outros ativos		71	132
		54.366	55.781
Não circulante			
Caixa restrito	7	8.237	8.142
Contas a receber	5	1.038	-
Impostos a recuperar		631	631
Ativo contratual de concessão	6	316.228	306.063
Imobilizado líquido		175	190
		326.309	315.026
Total do ativo		380.675	370.807
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores	8	835	1.038
Empréstimos e financiamentos	9	13.441	13.802
Obrigações tributárias	10	768	717
Tributos indiretos diferidos	11	1.562	1.549
Dividendos a pagar	13 (f)	9.066	5.989
Taxas regulamentares		763	588
Outros passivos		40	5
		26.475	23.688
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos LP	9	77.095	83.975
Tributos indiretos diferidos	11	11.628	11.186
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	11.138	10.756
Taxas regulamentares		1.431	1.383
		101.292	107.300
Patrimônio Líquido	13		
Capital social		79.189	79.189
Reservas de lucros		155.504	145.114
Dividendos adicionais propostos		18.215	15.516
Total do Patrimônio Líquido		252.908	239.819
Total do passivo e do patrimônio líquido		380.675	370.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarauçu S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita Operacional Líquida			
Remuneração dos ativos da concessão, líquida		45.164	33.997
Receita de operação e manutenção, líquida		4.774	4.638
	14	49.938	38.635
Custo			
Custos dos serviços prestados	15	(3.611)	(3.779)
Lucro Bruto		46.327	34.856
Despesas Operacionais			
Gerais e administrativas		(574)	(551)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	13
Resultado Operacional antes das Receitas Financeiras		45.753	34.318
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		1.431	1.089
Despesas financeiras		(6.935)	(8.592)
		(5.504)	(7.503)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		40.249	26.815
Impostos de renda e contribuição social			
Corrente	17.1	(1.694)	(1.533)
Diferido	17.2	(384)	(65)
Lucro líquido do exercício		38.171	25.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarau S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	38.171	25.217
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>38.171</u>	<u>25.217</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	79.189	9.180	64.757	69.965	3.000	-	226.091
Dividendos distribuídos	-	-	-	(2.500)	(3.000)	-	(5.500)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	25.217	25.217
Reserva Legal	-	1.261	-	-	-	(1.261)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(5.989)	(5.989)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	15.516	(15.516)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	1.451	-	-	(1.451)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.000	-	(1.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	79.189	10.441	66.208	68.465	15.516	-	239.819
Dividendos distribuídos	-	-	-	(500)	(15.516)	-	(16.016)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	38.171	38.171
Reserva Legal	-	1.908	-	-	-	(1.908)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(9.066)	(9.066)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	15.090	(15.090)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	12.107	-	-	(12.107)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	(3.125)	3.125	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	79.189	12.349	78.315	64.840	18.215	-	252.908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarauçu S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	38.171	25.217
Ajustes no lucro para:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	6.365	7.047
Amortização dos custos dos empréstimos	294	295
Rendimento de aplicações financeiras (restritas)	(1.072)	(571)
Depreciação e amortização	15	15
Tributos diferidos	837	375
	<u>44.610</u>	<u>32.378</u>
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Contas a receber	(282)	(584)
Ativo contratual de concessão	(12.107)	(1.452)
Demais ativos	53	(57)
	<u>(12.336)</u>	<u>(2.093)</u>
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(203)	(168)
Obrigações tributárias e trabalhistas	1.411	(750)
Demais passivos	258	(69)
	<u>1.466</u>	<u>(987)</u>
Caixa gerado pelas operações	<u>33.740</u>	<u>29.298</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.360)	(1.184)
Dividendos pagos	(22.005)	(13.210)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>10.375</u>	<u>14.904</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa restrito	977	(3.542)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimento	<u>977</u>	<u>(3.542)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de principal dos empréstimos	(7.173)	(7.173)
Pagamento dos juros dos empréstimos	(6.727)	(7.271)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(13.900)</u>	<u>(14.444)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.548)</u>	<u>(3.082)</u>
Caixa no início do exercício	9.701	12.783
Caixa no final do exercício	7.153	9.701
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.548)</u>	<u>(3.082)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A. ("Companhia") sediada no endereço Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., número 822, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04542-000, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de junho de 2017, tendo iniciado suas operações em abril de 2020. Em 09 de novembro de 2020 foi adquirida pela Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.

A Companhia tem por objeto social a transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção da instalação de transmissão pelo prazo de 30 (trinta) anos, referente ao lote 23, objeto de leilão 05/2016 da ANEEL, composto pela instalação localizada nos estados da Paraíba e de Pernambuco: LT 500 kV Campina Grande III - Pau Ferro, com 136 km, nos termos do Contrato de Concessão a ser celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("Contrato de Concessão") em 11 de agosto de 2017 e do Edital do Leilão ANEEL nº 05/2016 até agosto de 2047.

Em 08 de junho de 2021, a Apollo 17 Participações S.A. passou a ser controladora da Companhia, por meio da incorporação total das ações da Companhia.

A Companhia tem o direito a receber pela prestação do serviço público de transmissão a Receita Anual Permitida - RAP de R\$40.768 (atualizada para o ciclo 2025/2026) conforme REH 3.481 de Julho de 2025, a partir da data de disponibilidade de operação comercial das instalações de transmissão, nos termos do contrato de concessão. O valor de receita é atualizado anualmente, a partir do mês de julho de cada ano pelo IPCA, sendo o primeiro reajuste, na data de referência em 07 de outubro de 2016, conforme metodologia de cálculo e índices previstos no contrato de concessão.

1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Declaração de conformidade--Continuação

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e concluíram que as mesmas traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 31 de março de 2026.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

2.4. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não negociados em mercados ativos, a Companhia faz a avaliação por meio do uso de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Ativo de contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo de contrato.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, ambos baseados nos gastos incorridos. À receita de infraestrutura é acrescida a margem de construção.

A parcela do ativo de contrato indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade do projeto, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativas sobre investimentos e recebimentos.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação da margem de lucro--Continuação

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente à remuneração pela obrigação de performance de operar e manter, e dos custos incorridos.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa 8,85% ao ano aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, são reconhecidos:

- (a) A receita de implementação de infraestrutura é determinada com base nos gastos incorridos e acrescida pela margem de construção reconhecida no leilão, e (b) os respectivos custos e encargos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelos valores dos custos incorridos no primeiro ano de operação, com base nos valores estimados no momento do leilão, acrescida da margem de operação. Posteriormente, a receita sofrerá alteração em função da inflação, à medida em que ocorrerá a prestação de serviços, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

São registrados ativos e passivos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

3. Política contábeis materiais

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS e margem de construção ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Política contábeis materiais--Continuação

3.2. Reconhecimento de receita--Continuação

a) Receita de implementação de infraestrutura--Continuação

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra em contrapartida ao ativo contratual de concessão e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento do leilão e não sofre alterações posteriores.

b) Remuneração dos ativos de contratos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera os riscos e prêmios específicos do empreendimento. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada na data de leilão da concessão. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre o montante a receber dos fluxos futuros de recebimento de caixa e foi definida em 8,85% a.a.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão

Refere-se a correção reconhecida com base no índice de correção definido para cada contrato de concessão assinado com o Poder Concedente, a partir da entrada em operação do empreendimento.

d) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.3. Tributos diferidos

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia optou pelo lucro presumido para apuração dos impostos, onde a provisão para imposto de renda foi constituída à base de cálculo de 8% e alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à base de cálculo de 12% e alíquota de 9% sobre o faturamento.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Política contábeis materiais--Continuação

3.3. Tributos diferidos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais corrente.

Tributos indiretos diferidos

O cálculo do PIS e da COFINS diferidos é efetuado sobre as receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão e correção monetária apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil utilizando as alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente.

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

Os instrumentos financeiros são classificados em duas categorias: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarauçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Política contábeis materiais--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

Classificação e mensuração--Continuação

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
 - (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 define um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (impairment) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
 - (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos - a Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Política contábeis materiais--Continuação

3.5. Redução ao valor recuperável (impairment)

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável.

A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas (impairment) a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Política contábeis materiais--Continuação

3.5. Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas (impairment) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

3.6. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. Nas datas bases de encerramento dos exercícios sociais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem provisões para demandas judiciais e ou contingências passivas relevantes.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Política contábeis materiais--Continuação

3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

3.8. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Companhia avaliou os pronunciamentos e alterações contábeis que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025 e concluiu que sua adoção não produziu efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras do exercício. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

3.9. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabíveis, quando entrarem em vigor.

- IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações;
- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de instrumentos financeiros;

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Política contábeis materiais--Continuação

3.9. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11
- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais;

A companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	4.362	7.099
Aplicações financeiras	2.791	2.602
	7.153	9.701

As aplicações correspondem a fundos de investimento em renda fixa, sendo aplicações automáticas vinculadas a conta corrente e com liquidez diária. São consideradas instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, 96,5% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (97% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

A companhia classifica os juros pagos nas atividades de empréstimos, debêntures e derivativos como atividades de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, as operações de financiamentos contratadas como estratégia de composição da estrutura de capital da Companhia, sendo está uma estratégia financeira e não operacional.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a Receber

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contas a receber de concessionários e permissionários	4.444	4.162
Total	4.444	4.162
Curto prazo	3.406	4.162
Longo prazo	1.038	-

A Administração avalia as perdas esperadas nas contas a receber no momento do registro da receita e na data do balanço. Nenhuma provisão para perda foi considerada necessária e desta forma não foi registrada nenhuma provisão para *impairment* das contas a receber.

A composição dos saldos a vencer está composto conforme tabela abaixo:

A vencer	3.219
Vencidos até 30 dias	4
Vencidos entre 31 a 60 dias	5
Vencidos entre 61 a 90 dias	3
Vencidos entre 91 a 180 dias	63
Vencidos entre 181 a 360 dias	112
Vencidos há mais de 360	1.038
Total	4.444

6. Ativo contratual de concessão

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho, são classificados como ativos de contrato e apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	345.634	344.182
Receita de remuneração do ativo de concessão	47.077	35.481
Receita de operação e manutenção	5.333	5.160
Realização ativo contratual	(40.303)	(39.189)
Total	357.741	345.634
Circulante	41.513	39.571
Não circulante	316.228	306.063

CGI - Transmissora Campina Grande Igarauçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Caixa restrito

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação financeira - BNB (i)	8.237	8.142
	8.237	8.142

(i) Conta vinculada ao saldo de empréstimo e financiamento com BNB, mantido até o final do contrato em agosto de 2038.

8. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de materiais e serviços (a)	835	1.038
	835	1.038

(a) Prestadores de serviços vinculados a despesas com O&M

9. Empréstimos e financiamentos

A Companhia firmou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste S.A. em julho de 2018, com vencimento em agosto de 2038:

Instituições financeiras	Indexador	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Nordeste (i)	2,3984% a.a. + IPCA (i)	94.278	101.813
Custos de transação (ii)	-	(3.742)	(4.036)
Total dos empréstimos e financiamentos		90.536	97.777
Circulante		13.441	13.802
Não circulante		77.095	83.975

(i) Para o cálculo dos encargos financeiros incide sobre a dívida a TFC - Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais, cuja fórmula está descrita no contrato de empréstimo, considerando um fator de atualização monetária derivado da variação do IPCA e juros básicos fixos à taxa de 2,3984% a.a.

(ii) Refere-se a gastos com custos incrementais que são vinculados a liberação do empréstimo junto ao Banco do Nordeste, os quais são amortizados pelo prazo do contrato de empréstimo.

O contrato de financiamento tem vencimento até 15 de agosto de 2038 e tem como garantias o saldo do caixa restrito (nota 7) e as próprias ações da Companhia.

A Companhia não identificou cláusulas restritivas do contrato de financiamento em default em 31 de dezembro de 2025.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures e a composição é apresentada como segue:

Movimentação de empréstimos e financiamentos	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	97.777	104.879
Pagamentos Principal	(7.173)	(7.173)
Pagamentos Juros	(6.727)	(7.271)
Juros incorridos	6.365	7.047
Amortização custo	294	295
Saldo final	90.536	97.777

Cronograma de amortização do passivo não circulante

Instituição / linha credora	2027	2028	2029	2030	2031	Após 2031	Total
Empréstimo - Banco Nordeste	6.608	6.608	6.608	6.608	6.608	44.055	77.095
Total por Dívida	6.608	6.608	6.608	6.608	6.608	44.055	77.095

10. Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
ISS sobre notas fiscais	18	22
INSS sobre notas fiscais	296	305
Retenções	26	44
Outras obrigações tributárias	428	346
Total	768	717

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Tributos diferidos

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS diferidos	1.562	1.549
Tributos indiretos diferidos	11.628	11.186
Total	13.190	12.735

Circulante	1.562	1.549
Não circulante	11.628	11.186

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL diferidos	11.138	10.756
Total	11.138	10.756

Não circulante	11.138	10.756
----------------	--------	--------

O cálculo dos tributos diferidos é efetuado sobre as receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão e correção monetária apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil que será amortizado até o final do prazo da concessão.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 214/2025, a substituição gradual do PIS e da COFINS pela CBS e IBS terá início em 1º de janeiro de 2026. Analisando que a Companhia, possui passivos fiscais diferidos de PIS e COFINS com realização remanescente após o período de extinção (2027), mensurou tais valores pelas alíquotas esperadas na liquidação, baseando-se nas normas aprovadas até a data do balanço. Contudo, a fidedignidade da mensuração contábil está condicionada à finalização das Leis Complementares regulamentadoras. No contexto específico de transmissão de energia, as definições sobre o diferimento da CBS e do IBS e seus impactos no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão ainda aguardam definição. Assim, a Administração projeta que a aprovação substantiva para mensuração contábil ocorra no exercício de 2026, momento em que os ajustes contábeis, incluindo no Ativo Contratual, serão procedidos para assegurar a neutralidade regulatória.

Movimentação imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial de IRPJ e CSLL diferidos	10.756	10.691
Realização de IRPJ e CSLL diferidos	(1.694)	(1.533)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	2.076	1.598
Saldo final de IRPJ e CSLL diferido	11.138	10.756

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Transações com partes relacionadas

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2021, os membros da diretoria não são remunerados. A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$123.689 sendo o montante de R\$79.189 integralizado até 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está apresentada abaixo:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>% Participação</u>
Apollo 17 Participações S/A.	123.689.337	100%
Total	123.689.337	100%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Reserva de retenção de lucros

Essa reserva se refere a saldo de lucros retidos o qual será objeto de aprovação em assembleia geral.

d) Reserva de lucros a realizar

Foi alocado de reservas de lucros para reserva de lucros a realizar o montante total de R\$78.315, sendo que R\$12.107 foi constituído no exercício de 2025, essa parcela se refere ao ativo e passivo com prazos de realização financeira que ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeiras dos saldos de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarauçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

e) Destinação do Resultado

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício social, salvo nas hipóteses de reinvestimento, conforme aprovado pelos acionistas.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	38.171	25.217
(-) Reserva legal (5%)	(1.908)	(1.261)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(9.066)	(5.989)
(-) Dividendos adicional proposto (*)	(15.090)	(15.516)
(-) Reserva de lucros a realizar	(12.107)	(1.451)
(-) Reserva de retenção de lucros	-	(1.000)
	-	-

(*) Em 31 de dezembro de 2024 e 2025 referiu-se à proposta de distribuição de dividendos da Administração, que foi submetida para deliberação dos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

f) Dividendos a pagar

A movimentação dos dividendos a pagar é apresentada como segue:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	5.989	7.710
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	9.066	5.989
Dividendos intermediários	500	2.500
Dividendos adicional proposto	15.516	3.000
(-) Pagamentos	(22.005)	(13.210)
Total a pagar	9.066	5.989

CGI - Transmissora Campina Grande Igarauçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta		
Receita de remuneração dos ativos de concessão	47.077	35.481
Receita de operação de manutenção	5.333	5.160
Total da receita bruta	52.410	40.641
Tributos sobre a receita		
PIS	(341)	(265)
COFINS	(1.572)	(1.219)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(107)	(104)
Ministério de minas e energia - MME	(70)	(74)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(153)	(149)
Taxa fiscalização serviços energia - TFSEE	(182)	(150)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(47)	(45)
	(2.472)	(2.006)
Receita operacional líquida	49.938	38.635

14.1. Margens das obrigações por performance

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operação e manutenção	5.333	5.160
Custo de operação e manutenção	(3.611)	(3.779)
Margem - R\$	1.722	1.381
Margem - %	32,29%	26,76%

14.2. Reajuste tarifária anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Homologatória nº3.481 de 15 de julho de 2025, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2025, cujo impacto para o ciclo 2025/2026 foi pelo IPCA de 5,32%.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarauçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Custos dos serviços prestados

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custo de operação e manutenção	(3.611)	(3.779)
	<u>(3.611)</u>	<u>(3.779)</u>

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(3.428)	(3.510)
Seguros em geral	(178)	(190)
Materiais diversos	-	(40)
Locação de equipamentos	(5)	(39)
	<u>(3.611)</u>	<u>(3.779)</u>

16. Resultado financeiro

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	1.427	1.082
Outros	4	7
	<u>1.431</u>	<u>1.089</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.365)	(7.047)
Amortização dos custos de transação	(294)	(295)
IOF	(45)	(18)
Juros e multas passivas	(1)	(140)
Descontos concedidos	-	(1)
Despesas bancárias	(148)	(1.067)
Outras despesas financeiras	(82)	(24)
Subtotal	<u>(6.935)</u>	<u>(8.592)</u>
Total	<u>(5.504)</u>	<u>(7.503)</u>

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social

17.1. Movimentação imposto de renda e contribuição social corrente

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receita de Transmissão de energia	39.975	38.563
Receitas Financeiras	1.427	1.082
Lucro presumido base IRPJ (8%)	4.625	4.167
IRPJ corrente (25%)	(1.133)	(1.019)
Lucro presumido base CSLL (12%)	6.224	5.710
CSLL corrente (9%)	(561)	(514)
IRPJ e CSLL corrente (4%)	(1.694)	(1.533)

17.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação para o regime de tributação pelo lucro presumido:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receita de remuneração dos ativos de concessão	47.077	35.481
Receita de operação de manutenção	5.333	5.160
Receita de Transmissão de energia faturada, mas não realizada	316	628
(-) Realização ativo contratual de concessão	(40.303)	(39.189)
Lucro presumido base IRPJ (8%)	994	166
IRPJ diferido (25%)	(250)	(42)
Lucro presumido base CSLL (12%)	1.491	250
CSLL diferido (9%)	(134)	(23)
IRPJ e CSLL diferidos	(384)	(65)

A alíquota média efetiva de tributos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 3,09% (em 2024 3,08%). Conforme mencionado na nota 3, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e contas a receber. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

	31/12/2025		31/12/2024		Classificação	Nível
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo		
<u>Ativos financeiros</u>						
Caixa e Bancos	4.362	4.362	7.099	7.099	Valor justo por meio do resultado	2
Aplicações financeiras	2.791	2.791	2.602	2.602	Valor justo por meio do resultado	2
Contas a receber	4.444	4.444	4.162	4.162	Custo amortizado	-
Caixa restrito	8.237	8.237	8.142	8.142	Valor justo por meio do resultado	2
<u>Passivos financeiros</u>						
Empréstimos e financiamentos	90.536	90.536	97.777	97.777	Custo amortizado	-
Fornecedores	835	835	1.038	1.038	Custo amortizado	-

CGI - Transmissora Campina Grande Igarauçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Instrumentos financeiros--Continuação

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de *Compliance* da Perfin.

i) *Riscos de crédito*

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

ii) *Risco de preço*

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de capital--Continuação

iii) *Riscos de liquidez*

A principal fonte de caixa é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

Risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Administração da Companhia.

iv) *Risco de taxa de juros*

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia a mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil, consultado em 27 de janeiro de 2026, de onde foram extraídas as projeções dos indexadores SELIC/CDI definindo-se assim o cenário provável. Com base nesse cenário, foram calculadas análises de sensibilidade adicionais com variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarauçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de capital--Continuação

iv) *Risco de taxa de juros*

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras--Continuação

Aplicações financeiras (em milhares de R\$)	Indexador	% do Indexador	Posição em 31/12/2025	Cenário Provável	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano			
					Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				14,48%	7,24%	10,86%	18,09%	21,71%
Aplicações financeiras	CDI	96,5%	2.791	404	202	303	505	606
Caixa restrito	CDI	99,0%	8.237	1.192	596	894	1.490	1.788
Total			11.028	1.596	798	1.197	1.995	2.394

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pela Companhia, o IPCA projetado foi obtido por meio de dados extraídos do site do BACEN; e a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Contas a pagar (em milhares de R\$)	Indexador	Taxa de Juros média a.a. (*)	Posição em 31/12/2025	Cenário Provável	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano			
					Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Empréstimos e financiamentos	IPCA +	2,4%	90.536	6,77%	3,38%	5,08%	8,46%	10,15%
Total			90.536	6.128	3.064	4.596	7.660	9.192

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2025 estão assim compostos:

	Valor segurado (Em Reais)	Prêmio total (em Reais)	Vigência
Responsabilidade civil	R\$10.000.000	R\$13.841	27/05/2025 até 27/05/2026
Risco Operacional	R\$30.000.000	R\$160.123	27/05/2025 até 27/05/2026

20. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	Fluxo de Caixa	Movimentação não caixa		31/12/2025
			Amortização custo	Juros	
Empréstimos e financiamentos	97.777	(13.900)	294	6.365	90.536